

PREÂMBULOS DE *ORDEM E PROGRESSO*: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DOS ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS E DAS NOTAS DE RODAPÉ

Eliézer Cardoso de Oliveira

E-mail: ezi@uol.com.br

Doutor em Sociologia pela UnB. Professor do Curso de
História e do Mestrado em Território e Expressões Culturais
no Cerrado, da UEG- Anápolis

RESUMO

Este artigo tem como proposta analisar os paratextos do livro *Ordem e Progresso*: “o prefácio à 1ª edição”, a “nota metodológica”, a “nota bibliográfica”, “o índice biográfico” e as notas de rodapé. A hipótese é que, a análise desses elementos secundários, ajuda evidenciar os artifícios de natureza retórica utilizados por Gilberto Freyre em sua narrativa. Nesse sentido, foi feita uma análise qualitativa e quantitativa desses elementos, amparada teoricamente em autores clássicos que estudaram a “retórica” (Aristóteles e Longino) e em autores que estudaram os elementos estéticos presentes no texto histórico (Hayden White e Rüsen, dentre outros).

Palavras-chave: Gilberto Freyre, paratextos, persuasão retórica, narrativa historiográfica, ordem e progresso.

ABSTRACT

This article aims to analyze the paratext book *Order and Progress*, "the preface to the first edition," the "methodological note", the "bibliographical note", "the biographical index" and the footnotes. The hypothesis is that the analysis of these secondary elements helps reveal the nature of rhetorical tactics used by Gilberto Freyre in his narrative. Thereby, it did a qualitative and quantitative analysis of these elements, bolstered theoretically in classical authors who have studied the "rhetoric" (Aristotle and Longinus) and authors who have studied the aesthetic elements present in the historical text (Rüsen and Hayden White, among others).

Keywords: Gilberto Freyre, paratext, rhetorical persuasion, narrative historiographical, Order and progress.

Introdução

Em sua trilogia, formada por *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1957), Gilberto Freyre procurou analisar sociedade brasileira sobre o prisma da família patriarcal, abordando um leque extenso de questões, tais como a miscigenação étnico-racial, as relações de trabalho, a vida cotidiana, a sexualidade, as relações afetivas, a modernização sociocultural, etc. Apesar do consenso, entre os seus principais analistas, de que a interpretação da realidade brasileira levada a cabo por Freyre requer uma leitura dessas três obras em conjunto, elas não tiveram a mesma recepção entre os apreciadores e críticos do autor. Enquanto *Casa-Grande e Senzala* teve um impacto estrondoso, fazendo com que Freyre se tornasse o mais conhecido intelectual brasileiro no exterior, as outras duas tiveram uma recepção bem mais modesta. O impacto de cada uma dessas obras pode ser mensurado pelo número de suas respectivas edições: enquanto *Casa Grande e Senzala* está na sua 48ª edição, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* estão, respectivamente, apenas na 15ª e 6ª edições. Essa disparidade na apreciação e na recepção dessas três obras em si é significativa sobre a história das ideias intelectuais no Brasil, já que seria bastante instigante do ponto de vista investigativo analisar o porquê da grande visibilidade da primeira em relação às outras duas.

Procurando, portanto, fazer uma leitura mais completa da interpretação de Freyre sobre a realidade sócio-histórica do Brasil, este artigo tomou como objeto a menos conhecido das obras que compõem a trilogia de Freyre: *Ordem e Progresso*, um livro complexo, monstruoso e instigante. De acordo com Nicolau Sevcenko,

Ordem e Progresso é o mais experimental dos livros de Gilberto Freyre e aquele no qual ele decidiu levar às mais sérias consequências as suas idiossincrasias. De todos os seus trabalhos notáveis como o são em geral pela sua originalidade, neste em especial se pode vislumbrar o modernismo do escritor recifense, assumido conscientemente como o seu elo de compromisso com a atmosfera cultural dos seus anos de formação, ao redor da Primeira Guerra Mundial e ao longo dos anos 1920. (Sevcenko, 2004: 16).

O tema desse livro pode ser resumido pelo seu longo subtítulo: “Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república”. O autor analisa aspectos socioculturais da sociedade brasileira entre a vigência da Lei do Ventre Livre (1871) até o início da I Guerra Mundial (1914). Ao contrário dos outros dois livros que utilizam as

dicotomias entre duas formas de morar como metáforas explicativas da realidade brasileira; neste, o autor vale-se do dístico da Bandeira Nacional para analisar psicologia política da elite brasileira, sempre procurando conciliar passado e presente, tradição e modernidade, rural e urbano, negros e brancos, Portugal e Europa, velhos e jovens e, enfim, ordem e progresso. “Ordem e Progresso” e não “Progresso e Ordem”, uma vez que os “revolucionários conservadores” republicanos defendiam o progresso, mas desde que ele viesse antecedido pela ordem. (Freyre, 2004: p. 213).

O propósito de *Ordem e Progresso* é analisa as profundas mudanças sociais, na transição do século XIX para o século XX, dentre as quais, pode-se elencar: o declínio da família patriarcal, que perdeu espaço para outras instituições (Estado, Exército, Escolas, etc.); a elevação de contingente de brancos e mestiços na composição étnica brasileira, com o fim do tráfico e a imigração europeia; uma crescente urbanização da vida e da paisagem nacionais, provocando uma desvalorização dos valores rurais; o advento de uma crescente consciência individualista que atinge as relações afetivas, quando o amor romântico torna-se mais importante na escolha do cônjuge do que os interesses econômicos ou étnico-raciais.

Um livro extenso e complexo como *Ordem e Progresso* possibilita levantar um grande leque de questões pertinentes e desafiadoras. No entanto, o objetivo deste artigo é bem mais modesto: tomar como foco principal, não o livro em si, mas os paratextos¹: “o prefácio à 1ª edição”, a “nota metodológica”, a “nota bibliográfica”, “o índice biográfico” e as notas de rodapé. Uma característica da escrita freyriana é a profusão dos paratextos, conforme se nota na tabela a seguir:

Tab. 1 – Estrutura de *Ordem e Progresso* (em número de páginas)

Corpo principal do texto:	Corpo secundário do texto:
---------------------------	----------------------------

¹ No sentido comum, paratextos são considerados os elementos que estão além do texto principal, tais como: informações sobre o autor e editora, prefácios, índices, notas de rodapé, bibliografia, imagens, dentre outros. Neste artigo, utiliza-se a definição de paratexto proposta por Gerard Genette e Marie Maclean (1991): “[the] text rarely appears in its naked state, without the reinforcement and accompaniment of a certain number of productions, themselves verbal or not, like an author's name, a title, a preface, illustrations. One does not always know if one should consider that they belong to the text or not, but in any case they surround it and prolong it, precisely in order to present it, in the usual sense of this verb, but also in its strongest meaning: to make it present, to assure its presence in the world, its “reception” and its consumption, in the form, nowadays at least, of a book”.

Capítulos	Quant. de pag.	Prefácios e notas	N. páginas	N. notas
Capítulo 1	59	Notas do capítulo 1	07	57
Capítulo 2	22	Notas do capítulo 2	03	05
Capítulo 3	55	Notas do capítulo 3	06	39
Capítulo 4	22	Notas do capítulo 4	03	17
Capítulo 5	139	Notas do capítulo 5	07	66
Capítulo 6	43	Notas do capítulo 6	08	49
Capítulo 7	44	Notas do capítulo 7	03	02
Capítulo 8	68	Notas do capítulo 8	19	61
Capítulo 9	47	Notas do capítulo 9	04	32
Capítulo 10	63	Notas do capítulo 10	04	47
Capítulo 11	33	Notas do capítulo 11	04	32
Capítulo 12	91	Notas do capítulo 12	08	57
Capítulo 13	14	Notas do capítulo 13	03	23
Capítulo 14	34	Notas do capítulo 14	11	39
Introdução: "Tentativa de Síntese"	56	Prefácio a 1ª edição	32	0
		Nota bibliográfica	43	0
		Índice biográfico	29	
		Imagens	24	0
TOTAL	790		218	526
(porcentagem)	78,3		21,7	

Os números da tabela são reveladores da importância dos elementos paratextuais na escrita de Freyre. Nota-se que mais de 20% do texto do livro (218 páginas) é composto de paratextos, um material quantitativamente e qualitativamente significativo para ser desprezado na análise historiográfica da obra. Daí o interesse principal deste artigo em reservar as notas, o índice biográfico, o prefácio e a nota bibliográfica ao papel de elementos centrais para a análise do livro. Contudo, isto não significa que o texto principal será desprezado: apenas inverter-se-á o foco, partindo das colocações "secundárias" para se interpretar o "principal".

A estrutura do livro como objeto de análise: considerações teórico-metodológicas

O tema deste artigo se situa na interface entre a história da leitura e análise do que se denomina de “escrita da história” ou narrativa histórica. Isso porque ele serve como uma reflexão sobre as partes estruturais do livro e, especificamente, sobre o uso dos elementos paratextuais como artifício retórico-argumentativo utilizado pelos pesquisadores, ao transformar a sua pesquisa em um texto.

Quanto ao primeiro aspecto – o da história da leitura –, autores de renome se ocuparam em tomar o livro como objeto. Destaca-se a figura de Roger Chartier pelo seu sistemático envolvimento com esta temática, o que resultou em diversos livros: *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (1998), *Prática de leitura* (2000), *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2004) e *Aventura do Livro* (1998). Pode-se generalizar que Chartier, nesse conjunto de obras, preocupa-se com a análise dos diversos elementos que envolvem a história do livro: o material de sua confecção (couro, papel, meio digital), o seu custo, o seu formato, a sua localização (em casa, na igreja, na biblioteca), o modo como o texto é apropriado pelos leitores e como o texto é apresentado e organizado. Chartier defende uma tese inovadora, ao afirmar que a tecnologia e o formato do texto interferem no modo como ele é apropriado pelos leitores: o pergaminho, por exemplo, onde o leitor usava as duas mãos, impediam-no de escrever comentários no corpo do texto, prática que se tornaria comum no livro encadernado. Assim, o advento da internet possibilitaria a ampliação das possibilidades de leituras, uma vez que o leitor pode-se deslocar para os diversos *links*, fazendo uma leitura descontínua.

Quanto ao segundo aspecto – o da escrita da história – uma referência fundamental é o livro de Anthony Grafton *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé*, no qual o autor demonstra o quanto as notas de rodapé foram importantes para caracterizar discursivamente a História Científica, desenvolvida por Ranke e discípulos no século XIX. As notas serviram como veículo textual para demonstrar a cientificidade do conhecimento histórico profissional, ao permitir a citação de fontes primárias e da bibliografia consultada pelo autor da pesquisa. O caráter trágico deste tipo de erudição – ressaltado expressamente no título do livro – está no fato de o tédio de a nota de rodapé ser comparada a dor de uma broca de um dentista.

Segundo Grafton

Como sugere essa analogia, a nota de rodapé está ligada, na vida moderna, à ideologia e às práticas técnicas de uma profissão. Uma pessoa se torna historiadora como se torna dentista, passando por um treinamento técnico:

continua-se a ser historiador, como se continua a ser dentista, se seu trabalho recebe a aprovação de seus professores, de seus pares e, sobretudo, de seus pacientes (ou seus leitores). Aprender a redigir notas de rodapé constitui parte dessa versão moderna de aprendizado. (Grafton, 1998: 16).

Contudo, o uso das notas de rodapé e dos demais instrumentos textuais pelo historiador não são apenas sintoma trágico da especialização que escraviza a criatividade por meio de regras técnicas. Atualmente, importantes historiadores consideram o ato de transpor a pesquisa para o texto como, não apenas uma etapa técnica de “relatório de pesquisa”, mas como uma etapa de consequência profunda para o trabalho do historiador. O teórico da história, Jörn Rüsen (2001), dentro da sua famosa Matriz Disciplinar, considera a escrita da história tão importante como a pesquisa das fontes e o uso de categorias e de conceitos pelo historiador, elementos que garantiriam a especificidade científica do conhecimento histórico. Já o canadense Hayden White (1995) considera a escrita da história como essencial para vislumbrar os elementos de natureza poética que são constitutivos do trabalho do historiador: a escolha de um enredo (épico, cômico, trágico ou satírico), a escolha de uma forma de explicação (formista, organicista, mecanicista e contextualista), a escolha de uma posição ideológica em relação à mudança social (anarquista, conservadora, liberal e radical) e, por fim, a escolha de um tropo linguístico (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) que caracterizaria o estilo poético de cada historiador. Outro historiador a preocupar-se com o texto histórico foi Michel de Certeau (1982), para quem a escrita da história é tão importante, quanto ao lugar social de onde o historiador produz o seu discurso histórico e quanto ao conjunto de práticas e técnicas profissionais que garantem a especialidade acadêmica do conhecimento histórico.

Desse modo, diante do precedente de análise aberto por esses diversos autores, considerou-se justificável, no âmbito do conhecimento histórico, a análise dos elementos paratextuais do livro *Ordem e Progresso*.

Isso implica considerar que o texto histórico, além dos elementos conceituais e empíricos, contém também outros elementos, denominados aqui, com certa imprecisão, de “retórico-argumentativos” que exercem um importante papel na apropriação do texto pelos leitores. Rüsen, apesar de estar aberto à contribuição das estratégias narrativas no texto histórico, considerou inapropriado o uso do que pode ser denominado de uma “retórica da ornamentação”: “uma estratégia de apresentação cuja plausibilidade aos

olhos de seus destinatários está não no discurso racional de uma argumentação científica, mas no intento de conferir à apresentação uma forma apenas literariamente atrativa” (Rüsen, 2007: 16).

Outra utilização inadequada da retórica na escrita da história é a busca da persuasão desvinculada da argumentação racional. O próprio Rüsen argumentou que um dos elementos de racionalidade da obra escrita é o clivo dos pares, baseado no pressuposto de que os melhores argumentos sobrevivem. No entanto, os elementos paratextuais, sozinhos, podem induzir o leitor sobre a boa qualidade da obra. É o caso do livro ser publicado por uma editora de prestígio, de utilizar muitas referências bibliográficas e notas de rodapé, de citar autores estrangeiros, de ser prefaciado por alguém de muito prestígio intelectual. Grafton, ironicamente, chamou a atenção para esse efeito persuasivo-superficial das notas de rodapé pelos estudantes que as usam “na esperança de que seu orientador e outros membros da banca examinem sua obra e até mesmo futuros colegas e empregadores fiquem impressionados com as horas de árduo trabalho no arquivo e na biblioteca, atestada pelas longas notas” (Grafton, 1998: 17).

Valorização da forma em detrimento do conteúdo – essa é a principal crítica de Rüsen e Grafton em relação à presença da retórica, confundida como ornamentação e persuasão desvinculadas de uma argumentação racional, no texto histórico.

Por outro lado, como uma narrativa, o texto histórico não pode se abster da presença de elementos retóricos, que podem e devem ser aliados para, ao mesmo tempo, embelezar e reforçar a argumentação. Um exemplo bem evidente disso é apresentado pelo próprio Freyre no Capítulo I “O 15 de Novembro no seu aspecto político: considerações em torno de uma reação de um passado ao desafio do futuro”. Ele inicia o texto, narrando a passagem do aventureiro inglês E. F. Knight, por Salvador em novembro de 1889, quando procurava um tesouro na ilha de Trindade. Quando retornou a Salvador em Janeiro de 1890,

Notaram então os exploradores que uma estranha bandeira flamejava no alto dos fortes e dos edifícios oficiais, e também nos mastros das pequenas embarcações brasileiras paradas ou em movimento nas águas do Recôncavo. Não lhes pareceu a tal bandeira semelhante a nenhuma das flâmulas suas conhecidas. Que teria acontecido ao Brasil? (Que espécie de revolução ocorrera?). Era um mistério para os ingleses. Até que, depois de atendidas formalidades burocráticas com a Saúde, Mr. Knight saltou para o bote que o devia levar a terra: e perguntando, em mau português, ao remador preto, o que significava aquela bandeira nova a flutuar nos fortes, nos edifícios do governo e

nas embarcações, o negro lhe explicou com um “um ar indiferente”: “Ah, a República”. (Freyre, 2004: 201).

Freyre poderia ter omitido os oito parágrafos introdutórios ao capítulo e, simplesmente, informado ao leitor que a implantação da República no Brasil foi “silenciosa”, “pacífica”, “elitista”, sem despertar paixões e envolvimento na população brasileira. No entanto, o uso do relato de viagens de Knight, *The Cruise of the Alerte. The Narrative of a search for Treasure on the Desert Island of Trinidad*, provoca uma sensação, ao mesmo tempo, de estupefação e curiosidade no leitor. Além disso, o relato permite ao leitor se aproximar de modo mais intenso da narrativa, quase que se surpreendendo, como o inglês, com as novas bandeiras republicanas a bailar nos mastros dos edifícios e navios de Salvador, em meio à indiferença da população, exemplificada pela lacônica e sugestiva exclamação do negro: “Ah. A República”! Surpreendentemente, esse relato dialoga, de modo sutil, com o título da obra, retirado de uma das bandeiras, criadas pelos republicanos, que agora exibia a esotérica frase: “ordem e progresso”. Portanto, a estupefação de Knight pode ter sido um detalhe primoroso que, ao mesmo tempo reforçou a argumentação com a análise de uma visão de um contemporâneo, também serviu para exercer uma das mais importantes funções da retórica, na perspectiva de Longino (1996, p. 44): “pois não é a persuasão, mas o êxtase a natureza sublime conduz aos ouvintes²”.

Desde Aristóteles, sabe-se que a retórica não se confunde com a mentira e com a manipulação de discurso. Para o filósofo grego, retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, 2005, p. 95). O grande mérito dessa definição é mostrar que, ao contrário do que defendiam Sócrates e Platão, mesmo o discurso verdadeiro necessita da retórica para ser convincente aos ouvintes ou leitores. Nesse sentido, a retórica é útil ao conhecimento científico – principalmente o produzido pelas ciências humanas –, pois sem ela, corre-se o risco de a mentira triunfar sobre a verdade.

Aristóteles demonstrou que há três modos para persuadir o outro da veracidade do seu discurso: pelo caráter ou autoridade do orador, pela capacidade de despertar emoção e pela utilização da prova argumental. Freyre foi um mestre na utilização desses

² O texto *Do Sublime* é um manual de retórica, escrito no final do século I ou no século III, atribuído a Longino, cuja função era ensinar técnicas retóricas para a produção de um discurso sublime, caracterizado pelo poder de escravizar o ouvinte.

atributos em seus trabalhos, pois soube combinar eficazmente essas possibilidades de persuasão nos seus livros, principalmente nos elementos paratextuais de seus livros, como se pretende analisar em *Ordem e Progresso*.

“Prefácio à 1ª edição”

Freyre já foi chamado por prefaciomaníaco pela quantidade e pela densidade dos seus prefácios (Freyre, 1996: XXXIV). Logicamente, a abundância de prefácios reflete a oportunidade decorrente das inúmeras edições de suas obras no Brasil e no exterior, mas também reflete uma idiosincrasia relacionada ao uso de estratégias retóricas em seus livros. Nessa acepção, os prefácios e outros elementos introdutórios corresponderiam ao que Aristóteles denominou de “proêmio”, a parte inicial do discurso, que “proporciona uma amostra do conteúdo do discurso a fim de que se conheça previamente sobre o que será o discurso e que o entendimento do auditório não fique em suspenso.” (Aristóteles, 2005, p. 281).

Desse modo, os prefácios podem ser vistos, então, como a estratégia de “vender o peixe”, ou seja, mostrar ao leitor a pertinência da leitura do livro pela inovação do conteúdo e pelas qualificações do autor.

Uma abordagem interessante dos prefácios de Freyre foi feita por Sandra Vasconcelos, no artigo “‘O que se diz no princípio’: uma leitura dos prefácios”, em que se analisou os prefácios escritos por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos*. Isso permitiu focalizar o “Freyre leitor de sua própria obra”:

Escritos ao longo de um período que cobre quarenta e quatro anos (o prefácio à sexta e última edição em vida de Freyre está datado de 1980), os prefácios vão sugerindo-nos, na sua cronologia, dados sobre os diferentes momentos da recepção deste que é o segundo volume de uma trilogia pensada como uma ‘introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil’. Fornecem, ainda, acesso privilegiado a desdobramentos de ideias e proposições desenvolvidas no corpo da obra, que ocorreram a seu autor num momento pós-escritura, a partir da necessidade de se explicar, se justificar ou esclarecer pontos que julgava obscuros na sua argumentação. São, portanto, produto de uma reflexão posterior ao ato mesmo da escrita. (Vasconcelos, 2006: 178-179).

Além de leitor, poder-se-ia acrescentar “propagador de sua obra” ao artigo de Vasconcelos. O prefácio à 1ª edição de *Ordem e Progresso*, escrito em julho de 1957, é bastante sucinto, pelos padrões de Freyre. Mas o próprio autor explica que seu objetivo, nesse texto, é apenas expressar agradecimentos aos que contribuíram com o livro e que outros textos explicativos foram escritos como introdutórios ao texto principal do livro.

Apesar das modestas dimensões do prefácio, é possível evidenciar estratégias de persuasão, bem ao estilo freyreano. Ao dissertar sobre a utilização de um questionário autobiográfico, Freyre afirma: “Resultou enorme a massa de material autobiográfico que conseguimos, não num ano ou dois, mas em mais de dez, na verdade quase vinte, recolher daqueles sobreviventes” (Freyre, 2004, p.36). Se Cássio Longino estiver certo, “as melhores hipérboles são aquelas que passam despercebidas como hipérboles” (Longino, 1996, p. 97). Desse modo, ao informar que o preparo documental do livro levou quase 20 anos, Freyre usa sutilmente o exagero para provocar, no leitor, o sentimento de admiração e assombro. Indubitavelmente, o longo labor do autor na pesquisa que resultou o livro será levado em conta na avaliação dos eventuais méritos argumentativos do autor.

Sempre valorizando o livro, Freyre informa que ele não se trata de “pesquisa igual às outras, as convencionais, de campo e de arquivo – mas um difícil esforço, com alguma coisa de aventura, de busca de documentos pessoais guardados em arquivos de família” (Freyre, 2004, p. 36). O uso de questionários autobiográficos foi a grande aposta metodológica de Freyre, em *Ordem e Progresso*, sendo, assim, o elemento mais ressaltado por ele no prefácio. As entrevistas garantiriam a originalidade da abordagem, perscrutando a vida íntima dos brasileiros. Daí ele atizar a curiosidade do leitor, ao afirmar que o ensaio não é uma “história convencional da vida brasileira” (idem).

“Nota metodológica”

O outro texto introdutório de *Ordem e Progresso*, denominado “Nota metodológica”, é bem mais robusto do que o anterior. O seu objetivo é apresentar e justificar a metodologia utilizada, ou seja, as fontes que serviram de lastro aos argumentos do livro. Nesse aspecto, Freyre usou uma estratégia dupla: manteve o padrão de fontes empregadas em *Casa Grande e Sobrados* e inovou ao utilizar-se de uma gama de questionários de pessoas que viveram na época estudada.

Freyre esforçou-se para convencer o leitor de que o uso de entrevistas numa amostra significativa da variedade humana social e cultural brasileira era quase uma revolução metodológica. Segundo ele,

Não nos consta ter sido já escrito, em qualquer língua, livro do gênero deste, baseado principalmente em material virgem constituído por autobiografias representativas; e essas autobiografias dirigidas, de maneira a ser possível a

própria comparação quantitativa de umas respostas com as outras. (Freyre, 2004, p. 48).

Modéstia não é uma das muitas qualidades de Freyre. Não basta o método ser inovador, era preciso mostrar que ele fosse pertinente e adequado. Para isso, ele utiliza uma estratégia tipicamente sua: valer da aprovação de intelectuais estrangeiros ao seu trabalho. No caso em questão, ele cita as apreciações positivas ao seu trabalho feitas pelos franceses Jean Pouillon e Jean Duvignaud. O próprio Freyre reconhece o perigo de ser interpretado como petulante, mas reafirma a originalidade de sua abordagem:

Se registrarmos um tanto deselegantemente o fato nesta página quase apologética ao nosso próprio esforço, é para sublinhar o fato de que se trata de uma concepção de certo modo nova de análise social e psicossocial, partida do Brasil para o estrangeiro – onde vem sendo reconhecida como tal – e não adotada, por brasileira, de estrangeiro. (idem, p. 50).

Freyre acreditava na extraordinária capacidade heurística do uso dos depoimentos autobiográficos. Por meio deles, seria possível abarcar a diversidade histórica e sociológica do passado brasileiro recente, ao valer-se de “indivíduos dos dois sexos, das três raças e de suas várias nuances de mestiçagem; de profissões diversas; de condições sociais e intelectuais diferentes; de credos ou fé também diferentes” (Idem, p. 43). Além disso, os depoimentos abarcavam pessoas nascidas entre 1850 e 1900, o que garantiria um mapeamento de modos de pensar e viver de várias gerações. Por meio dos depoimentos, seria possível também fazer uma história da intimidade, dos sentimentos, dos valores, dos símbolos, diferenciando-se do convencionalismo da historiografia vigente. Freyre, como Wilhelm Dilthey, pretendia compreender empaticamente o passado: “sem empatia não é possível o estudo do passado assim amplo e intenso a um tempo; social e pessoal” (Reis, 2001, p. 51).

Para Freyre, o pesquisador deveria estar afetivamente ligado ao seu objeto. Ele, inclusive se justifica da acusação de ser um nostálgico do mundo patriarcal, citando Earl S. Johnson, autor de *Theory and Practice of the Social Studies*, que recomenda uma boa dose de nostalgia para quem estuda o passado. Freyre não esconde, nem economiza a sua nostalgia com o mundo patriarcal. Sua atitude em relação ao passado é quase de veneração. Freyre se cerca das relíquias do passado, inclusive utiliza na escrita do texto um tinteiro do século XIX e faz uso de um pegador de papel que foi de Joaquim Nabuco, além de utilizar um candeeiro a querosene. (Freyre, 2004, p. 47). Freyre era como um sacerdote que cultuava o passado. Aliás, ele quase foi literalmente reconhecido como tal,

quando durante as entrevistas orais, “houve quem chorasse ao nos fazer tal espécie de confissão” (idem, p. 44)³.

A utilização das entrevistas autobiográficas foi extremamente trabalhosa para Freyre. Durante décadas, ele distribuiu mais de mil questionários para pessoas de diversas regiões brasileiras, mas recebeu menos de trezentos e usou efetivamente 183. O questionário era formado por 17 questões que indagavam sobre vários aspectos da vida dos depoentes: infância, relações amorosas, ambiente escolar, preferências políticas, atividades de lazer e esportivas, modos de vestir, religiosidade, etc.

Talvez pelo árduo esforço empregado na obtenção das entrevistas autobiográficas, Freyre superestimou o seu impacto metodológico. Por isso, ele deu pouco destaque, em *Ordem e Progresso*, ao conjunto de fontes que o celebrizaram em *Casa-Grande & Senzala*. No entanto, elas estão presentes e são bastante significativas para a reconstituição da vida brasileira na transição do Império para a República. Freyre utilizou um grande universo daquilo que os historiadores denominam de fontes primárias: cartas pessoais, diários íntimos, inventários, testamentos, cartões-postais, etc. Os laços de parentescos e de amizade de Freyre com expoentes famosos da vida patriarcal permitiu-lhe o acesso e, muitas vezes, a posse, de vários arquivos familiares e uma série de objetos materiais (roupas, móveis, fotografias, leques, bengalas, etc.). Além de livros, revistas e jornais que serão objetos de análise no próximo tópico.

“Nota bibliográfica”

O texto intitulado “Nota bibliográfica” constitui-se num levantamento da produção bibliográfica do (e sobre o) período histórico delimitado em *Ordem e Progresso*. Ao lado das fontes primárias de arquivos, Freyre sempre se valeu de obras bibliográficas como documentos de uma época. Ele, inclusive, utiliza a expressão “livro-fonte” para referir aos livros “aparecidos na mesma época, ou de autores nacionais e estrangeiros que a viveram na sua plenitude, mesmo quando os seus livros vieram a ser publicados em época posterior”. (Idem, p. 89). Embora esse levantamento analítico da

³ Segundo José Carlos Reis, essa método é consequência da influência dos historicistas alemães, notadamente o de Dilthey e Simmel. Por isso, “ele propõe uma abordagem empática da realidade social, que lhe permitiu desenvolver uma história sociológica. Seu objetivo é alcançar a subjetividade, é apreender a vida em seu interior. Uma história política, psicológica, vitalista, dionisíaca e não intelectualista”. (Reis, 2001: 53).

bibliografia tenha um caráter técnico, não deixa de acarretar um efeito persuasivo no leitor, pois a diversidade e a quantidade de obras, muitas delas em inglês, francês e alemão, reforçam a autoridade do autor do livro.

O texto de Freyre nunca se importou com o formalismo acadêmico. Por isso, em meio a um apontamento bibliográfico, brotam, muitas vezes, verdadeiras fofocas, algumas bem indiscretas, sobre as personalidades da época. Fica-se sabendo, por exemplo, que o barão do Rio considerava a esposa de um dos seus auxiliares mais diretos, o jurista Clóvis Beviláqua, “mal vestida e mal penteada” (idem, p. 70). O próprio barão também é vítima de uma indiscrição: “o seu gosto exagerado pela boa mesa” (idem, p. 71). Da mesma forma, O lado narcisista de Pinheiro Machado é evidenciado, quando se informa que “gabava-se até dos bonitos pés que exibia com coqueteria quase de mulher aos amigos”. (idem, p. 108). Por outro lado, Freyre não se acanha em elogiar as pessoas de seu círculo pessoal, como o escritor Gilberto Amado, considerado como tendo “alguma coisa de superiormente genial” (idem, p. 95), a quem, aliás, o livro foi dedicado com expressivas palavras: “A Gilberto Amado, vigoroso sobrevivente de uma época – a evocada nas páginas que se seguem – cujo crepúsculo seu talento, então ainda de jovem, iluminou de modo singular”. (folha de rosto).

Essas indiscrições ou elogios pessoais demonstram o propósito de Freyre em priorizar detalhes biográficos ou autobiográficos dos indivíduos. Ele mesmo afirma que, para compreender a época em questão, “impõe-se o maior conhecimento da bibliografia biográfica, autobiográfica, personalista, em geral em que a outra – a impessoal, rigidamente jurídica, filosófica, sociológica, técnica, administrativa, ideológica – tem muitas vezes suas raízes ou sua explicação” (idem, p. 72). Portanto, o conjunto bibliográfico utilizado pelo autor se divide em obras de teor mais “personalista” e obras de teor técnico-analítico.

Quanto as primeiras, enumeram-se as autobiografias, as biografias, os livros de memória. Já as segundas consistiam de livros de cientistas sociais, analistas políticos, juristas, gramáticos, médicos higienistas, cientistas, publicados por brasileiros ou estrangeiros. Destacam-se estudos sobre a arquitetura, sobre a música erudita e popular, sobre a religião e literatura. Talvez para mostrar, de modo mais amplo possível, a diversidade do passado brasileiro, ele dialoga com, desde a coletânea de hinos protestantes (idem, p. 104) até livros de médiuns espíritas. (Idem, p. 87).

Como nos outros dois livros da sua trilogia, em *Ordem e Progresso* percebe-se a presença de um grande número de obras de autores estrangeiros sobre o Brasil, notadamente franceses e ingleses. As obras de autores estrangeiros são bastante importantes na argumentação de Freyre, pois elas servem como contraponto à subjetividade presente nas obras memorialistas e nos depoimentos. Portanto, para Freyre

O depoimento de estrangeiros parece-nos o mais idôneo, pois opinavam eles sobre o assunto em que podiam exprimir-se sem considerações ou compromissos capazes de prejudicar os juízos, a respeito de problema tão delicado, dos homens da terra [...] (Idem, p. 531).

Apesar de reconhecer que os estrangeiros são “observadores perspicazes e idôneos do Brasil dos últimos decênios do Império e dos primeiros anos da República de 89” (Idem, p. 98), Freyre não deixa de advertir que, em muitos desses livros, há uma “generalização panorâmica”, que os leva a superestimar as mudanças socioeconômicas do Sul, generalizando-as para o resto do País (Idem, p. 109).

Enfim, o mais importante a destacar nessa apresentação de Freyre da bibliografia que serviu de fonte e de apoio à sua análise é a salutar diversidade bibliográfica. Nesse sentido, escritos de católicos, protestantes, espíritas, positivistas revelaram pontos de vistas diversos sobre os aspectos culturais da época. É digna de nota também a sua moderna utilização de obras literárias como fonte “de um caráter ou ethos” da época em questão.

“Índice biográfico”

Consideradas por Freyre como o elemento mais inovador e relevante de *Ordem e Progresso*, as 183 entrevistas biográficas mereceram uma organização, em ordem alfabética, com algumas informações básicas (ano e local de nascimento, escolaridade, profissão, religião) sobre os depoentes. Não houve um padrão na exposição, sendo que algumas descrições mereceram menos de 10 palavras, enquanto outras ultrapassaram duas páginas de texto. Embora o autor tenha esclarecido que o aproveitamento das entrevistas tenha sido basicamente qualitativo, far-se-á agora uma apreciação estatística desse material para uma melhor compreensão crítica da obra.

Em um dos prefácios de *Casa Grande & Senzala*, Freyre, respondendo a uma crítica de que o seu ensaio era por “demais nordestino”, afirmou que o “seu próximo

estudo, *Ordem e Progresso*” seria “dedicado mais ao estudo do Sul e do Centro do que ao do Norte do Brasil” (Freyre, 1996, p. XXXIV). De fato, uma das teses do livro é a de que a República representou a primazia de São Paulo e dos demais estados do “Sul” frente ao decadente Nordeste açucareiro. No entanto, não é isso que se percebe quando se olha a distribuição espacial do local de nascimento dos entrevistados.

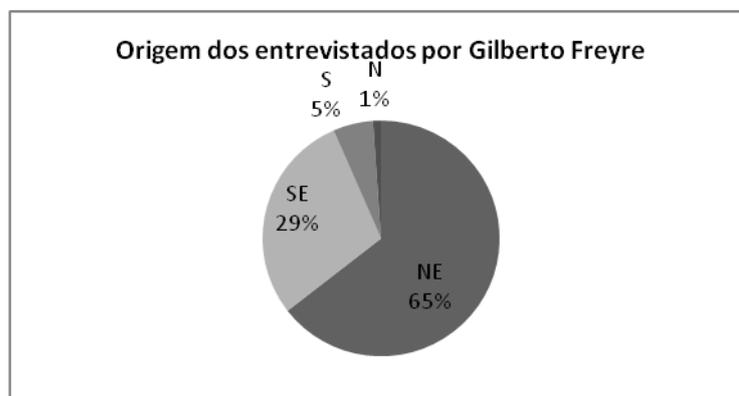
Tabela 2 - Local de nascimento dos entrevistados por Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*

PE	BA	CE	RN	MA	PB	AL	SE	PI	RJ	SP	MG	RS	SC	PR	PA	PN*
48	7	24	2	8	18	3	4	2	15	28	9	6	2	2	1	1

*Freyre omitiu a origem de um dos entrevistados, informando apenas ser de uma “Província do Norte”

Fonte: “Índice Biográfico”. In. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 111-140

Os dados da tabela mostram a predominância absoluta de informantes pernambucanos, indicando que Freyre convidou mais – ou teve um maior retorno – de pessoas do seu círculo social ou familiar. Os dados ficam ainda mais significativos, quando se agrupam os Estados dentro da atual divisão regional brasileira:



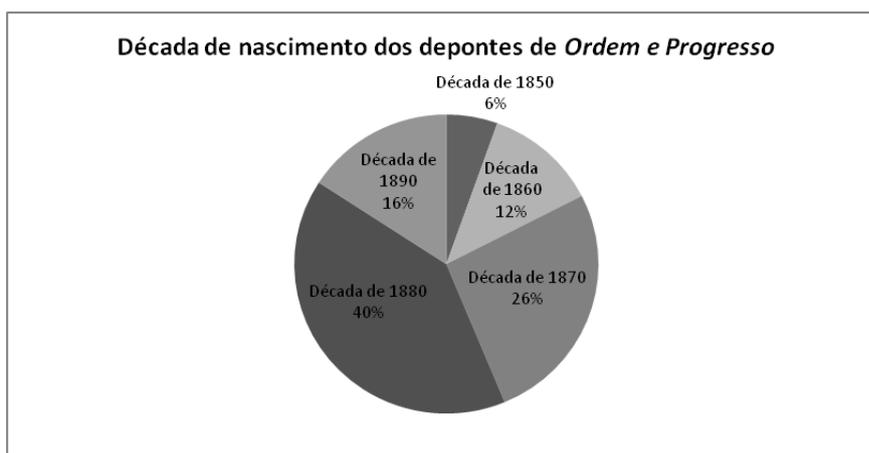
Fonte: “Índice Biográfico”. In. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 111-140

Nota-se que 65% dos entrevistados são do Nordeste, contra 29% do Sudeste. O Sul e o Norte tiveram respectivamente 5 e 1% dos entrevistados. Espantosamente, o Centro-Oeste não mereceu uma única entrevista. Com base nessas informações, levanta-se a importante questão: como Freyre pretende utilizar as entrevistas como o principal lastro metodológico das mudanças socioculturais do Brasil, se quem o informa dessas mudanças é fundamentalmente um nordestino? Indubitavelmente, a origem natalícia dos depoentes denuncia o “lugar social”, para usar um termo clássico de Michel Certeau, de onde Freyre produziu o seu discurso sobre o passado.

Outra preocupação de Freyre, na seleção dos entrevistados, foi garantir a diversidade dos ritmos temporais. Para ele, o tempo é social, complexo e com diversos ritmos de duração:

O tempo de Antônio Conselheiro e do Conselheiro Rodrigues Alves, por exemplo, foram contraditórios e diversos, embora ambos vivessem na mesma época e cada um fosse a seu modo conselheiro e importante, tendo o de Canudos alcançado um renome internacional – retrato no *Almanaque Hachete*, por exemplo – de modo algum atingido pelo de Guaratinguetá. (Freyre, 2004, p. 40).

Basicamente duas foram as estratégias para que o livro captassem os ritmos de tempo diferenciado dos extremos sociais, simbolizados por cada um dos conselheiros: garantir a diversidade da faixa etária e da origem social dos depoentes. No primeiro caso, Freyre procurou ouvir as vozes das muitas gerações, entrevistando os nascidos entre 1850 e 1900.

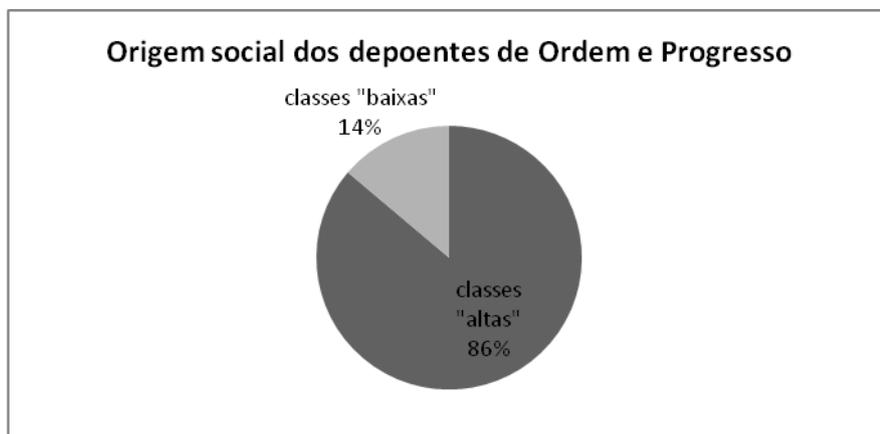


Fonte: "Índice Biográfico". In. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 111-140.

Pelo gráfico, percebe-se que o entrevistado típico de Freyre foi aquele que nasceu na década de 1880 e portanto estava com uma idade média maior que 50 anos, quando o livro estava sendo escrito na década de 1950. A decrepitude humana explica a escassa presença dos nascidos na década de 1850 e 1860, mas o pouco número dos nascidos na década de 1890 foi uma escolha de Freyre, provavelmente por estar interessado na maior experiência histórica dos mais velhos.

Quanto à origem social, o "índice biográfico" fornece algumas informações sobre a atividade profissional que permitem inferir sobre suas origens socioeconômicas. Excluindo os listados como "profissão indefinida" e como "doméstica" (usado no sentido

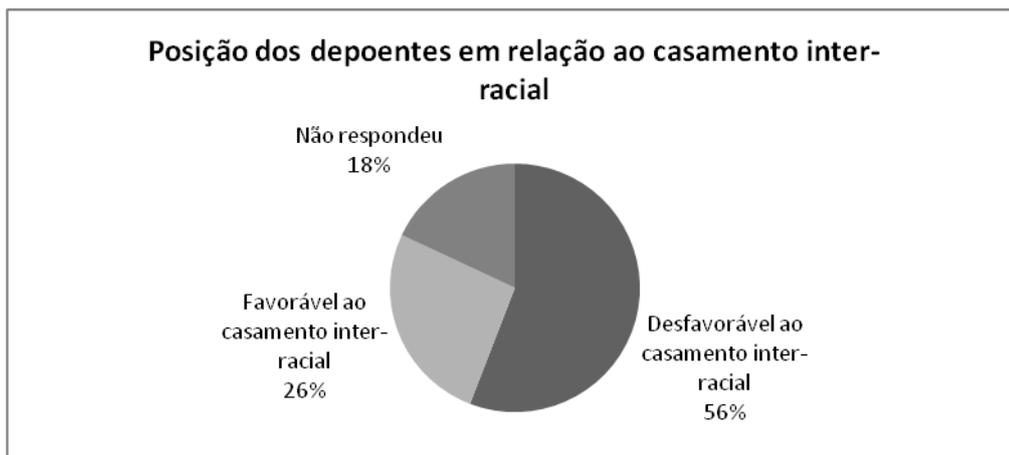
de dona de casa, não informando sobre sua condição social), tem-se a seguinte estratificação social:



Fonte: "Índice Biográfico". In. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 111-140

Entre as profissões com maior prestígio social, o maior número é de advogados, seguido pelos funcionários públicos e professores. A lista dos privilegiados engloba políticos de renomes nacionais e regionais, magistrados, generais do exército, empresários, proprietários de terra, jornalistas, dentre outros. Já os segmentos mais inferiores eram formados por caixeiros, costureiras, alfaiates, banqueiro de jogo de bicho, lavradores, etc. Freyre, esforçou-se para garantir a presença de representantes dos mais pobres, inclusive transcrevendo – ele próprio – o depoimento de analfabetos. No entanto, talvez pela complexidade das questões do questionário ou pela identificação social do autor, o que se percebe é o domínio numérico esmagador de uma elite rica, intelectualizada e masculina, já que dos 183 entrevistados selecionados, apenas 24 eram mulheres.

O modo de pensar dessa elite pode ser mensurado a partir da resposta a algumas questões formuladas por Freyre. Numa delas, ele indaga sobre o que os entrevistados achavam da miscigenação racial brasileira, complementando com uma pergunta capciosa: se eles, os entrevistados, eram favoráveis a um casamento de filho (a) ou irmão (ã) com uma pessoa de cor. A mensuração das respostas mostrou o seguinte:



Fonte: FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004. Cap. VII, p. 578-625

O curioso é que, a maioria dos “desfavoráveis” foi simpática à abolição e à miscigenação racial brasileira, desde que, logicamente, não fosse com alguém de sua família. Acusado em *Casa-Grande & Senzala* de esconder o racismo na sociedade brasileira, em *Ordem e Progresso*, o que se tem é o desnudamento do racismo da elite brasileira. Um racismo, como o de Júlio de Mesquita, empresário paulista que afirmou: “os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o meio” (in. Freyre, 2004, p. 594).

Portanto, o maior mérito das entrevistas não foi mostrar a diversidade cultural brasileira, como Freyre alardeou, mas mostrar os valores da elite intelectualizada que viveu no período da transição do Império para a República.

As notas de rodapé

Uma das características da escrita de Gilberto Freyre é o uso intenso de notas de rodapé. Contabilizadas as notas das últimas edições das suas principais obras, chega-se ao seguinte resultado:

Tabela 3 - Número de notas em 3 obras de Gilberto Freyre

Obras	Número de notas
<i>Casa Grande & Senzala</i>	964
<i>Sobrados e Mucambos</i>	832
<i>Ordem e Progresso</i>	526

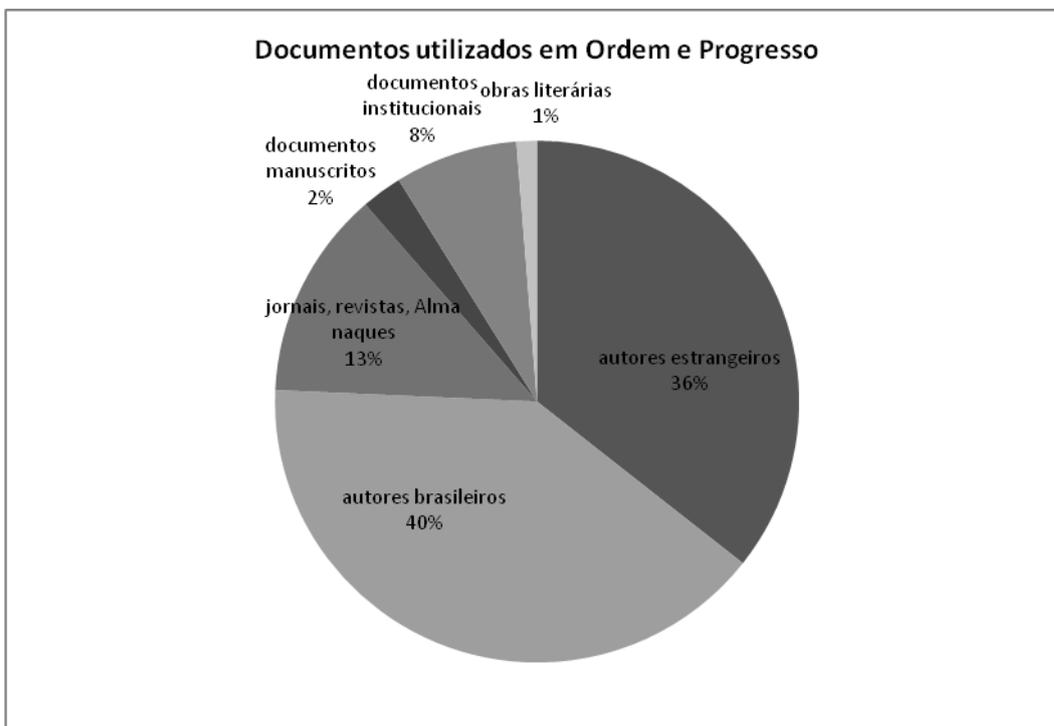
Fonte: *Casa Grande & Senzala* (1996), *Sobrados e Mucambos* (2004) e *Ordem e Progresso* (2004)

Um dado curioso é que justamente o livro de mais alta densidade quantitativa ser o de menor número de notas. Porém a explicação é simples: a prioridade pelo uso de depoimentos biográficos que praticamente não foram referenciados em notas. As notas demonstram a espantosa erudição de Freyre, um autor reconhecidamente habilidoso no uso de múltiplas modalidades de fontes documentais. Nesse sentido, elas podem ser concebidas como uma espécie de artifício de persuasão retórica, pois provocam espanto e admiração no leitor pelo gigantismo das referências documentais e bibliográficas utilizadas pelo autor.

Desse modo, as 526 notas de rodapé presentes em *Ordem e Progresso* são importantes para compreensão mais efetiva dos aspectos metodológicos e estilísticos presentes na obra.

A função básica das notas de rodapé, definida pela Escola Histórica Alemã, no século XIX, era a de permitir aos leitores conferir a localização das fontes utilizadas no texto. Portanto, a ligação entre narrativa e pesquisa se efetivava por meio das pequeninas notas de rodapé. Por meio delas, era possível saber quais documentos de época e quais obras contemporâneas o autor utilizou na confecção de seu texto.

Nesse sentido mais clássico, as notas permitem um retrato metodológico de *Ordem e Progresso*.



Fonte: FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004. Notas de final de capítulo.

Apesar de bastante modestas em termos proporcionais, o uso de obras literárias como documentos históricos é uma inovação metodológica de Gilberto Freyre, antecipando, nesse aspecto, os estudos da Nova História Cultural. Nas notas e no corpo principal pululam referências ao uso da literatura como documento de uma sensibilidade de uma época. Dissertando sobre a mudança no caráter da prostituição brasileira que, no sistema patriarcal, era quase “doméstica” para uma prostituição mais profissional, com o advento das casas especializadas, o autor aponta a importância das obras literárias:

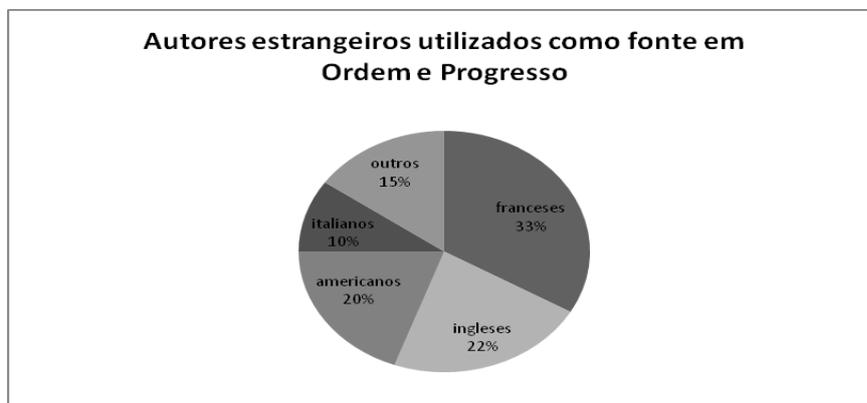
Fenômeno novo na vida brasileira, que não se explica ter deixado de atrair a atenção de um Aluísio Azevedo, de um Graça Aranha, de um José Veríssimo, de um Adolfo Caminha, de um Viveiros de Castro ou de um João do Rio, que deram à literatura brasileira do período algumas das suas melhores páginas de romance social ou de ensaio parassociológico, voltado, em alguns desses autores, para irregularidade sexuais. (Freyre, 2004, p. 165).

Também foi limitada a utilização de documentos manuscritos. Freyre não se preocupou em fazer uma pesquisa sistemática em arquivos como na confecção de *Sobrados e Mucambos*, mas valeu do seu amplo círculo social para obter acesso aos arquivos familiares. Graças a isso, conseguiu o acesso – e muitas vezes a posse, de cartas pessoais (de Emílio Cardoso Ayres, Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco) e diários íntimos (de José Teles Júnior, Accioly Lins), dentre outros.

A escassez de documentos manuscritos foi compensada pela utilização de documentos publicados em Anais ou Coletâneas ou documentos de caráter institucional: relatórios diversos, discursos parlamentares, inquéritos, circulares, álbum artístico, etc. Outra categoria documental significativa são os jornais, revistas e almanaques. São vários jornais que Freyre consultou de forma direta ou indireta por meio de coletâneas. Nos jornais, Freyre explorou os anúncios e principalmente os artigos. Quanto aos almanaques, o destaque é para o Garnier, citado em vários momentos da obra.

O gráfico mostra que o grosso da documentação utilizada por Freyre foi obras de autores brasileiros e estrangeiros contemporâneos à época estudada, perfazendo 76% do total. Essas obras eram compostas de relatos de viagem, livros de memória, autobiografias, ensaios analíticos, teses acadêmicas, etc. Freyre utiliza uma postura hermenêutica de dialogar com os autores da época, extraindo informações sobre o passado. Um dado significativo é o grande número de autores estrangeiros, quase equivalendo os autores brasileiros. Já se comentou anteriormente a primazia que Freyre

concede ao discurso dos estrangeiros, por acreditar na sua maior isenção e objetividade frente ao discurso dos nativos. A origem geográfica desse olhar estrangeiro é a seguinte:



Fonte: FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004. Notas de final de capítulo.

Percebe-se nesse gráfico a predominância de autores franceses, confirmando a primazia do positivismo francês na cultura intelectual brasileira do Dezenove⁴. Há ainda a relevante presença de autores ingleses, o que é coerente com uma das teses defendidas na obra: a anglicização da sociedade brasileira. O mais surpreendente é o destacado número de autores norte-americanos, um indício do desejo dos políticos republicanos em estreitar os laços econômicos, sociais e culturais com os Estados Unidos. Os 10% de obras de italianos se explica, principalmente, pela utilização de escritos de eclesiásticos para fundamentar a análise dos atritos entre catolicismo e positivismo. Embora a presença de autores germânicos seja bastante tímida, merece destaque o livro *O Brasil*, do alemão naturalizado brasileiro Maurício Lamberg que é citado por Freyre em 13 dos 14 capítulos do livro.

Além das fontes documentais, as notas mostram a bibliografia de apoio utilizada por Gilberto Freyre. Nesse livro, os limites entre fontes de bibliografia de referência não foram muitos claros, pois o limite temporal da obra avançou até a década de 1920, abarcando a juventude do autor. Além disso, muitas obras produzidas e publicadas além dessa data – como os livros de memória – constituem um documento da época. No entanto, para efeitos práticos, considerou-se que toda obra citada, publicada após o ano de 1930, como literatura de apoio.

⁴ Sobre isso, é pertinente o comentário de Astor A. Diehl (2004, p. 199): “A França foi e é, para o intelectual brasileiro, um verdadeiro templo de produção e peregrinação das novas orientações teórico-metodológicas nas ciências humanas. Já no século XIX, o positivismo mostrou-se como alternativa, pela sua operacionalidade tanto nas ciências humanas como na política.”

Um aspecto interessante, revelado pela análise dessa bibliografia de referência, é a capacidade de Freyre fazer interlocução com autores de tendências teóricas totalmente diferentes da sua. A sua bibliografia complementar é composta de autores de tendências integralistas (San Diago Dantas) e Marxistas (Abguar Bastos). Aliás, é interessante notar que, apesar das críticas que recebeu e que fez a estes últimos, Freyre faz elogios a Nelson W. Sodré, um dos mais proeminentes intelectuais do PCB: “O papel do Exército, quer na proclamação da República, quer no desenvolvimento brasileiro, em geral, vem sendo estudado, nos últimos anos, em trabalhos de considerável interesse sociológico entre os quais os do hoje tenente-coronel Nelson Werneck Sodré, do ponto de vista marxista” (Freyre, 2004: p. 260, nota 51). Isso demonstraria a sua imparcialidade intelectual ou seria uma sutil maneira de criticar seus adversários, mostrando-lhes biblicamente a “outra face”. Por outro lado, há um silêncio total em relação ao grupo de “sociologia da USP”, liderados por Florestan Fernandes, que não teve nenhuma obra citada por Freyre.

Apesar de mais modesto do que em *Casa Grande* e em *Sobrados*, Freyre não se abdicou de citar a si próprio. Ele citou os livros *Nação e Exército* (1949), *A história de um engenheiro francês no Brasil* (1941), *Problemas brasileiros de antropologia* (1943). No entanto, essa relativa modéstia é compensada pela reprodução, no caderno de imagens, das capas das edições de *Ordem e Progresso* em Portugal (1969) e Estados Unidos (1970).

Contudo, as notas, no livro de Freyre, vão além de meros veículos de referências bibliográficas. Com seu estilo prolixo, ele utilizou as notas, muitas vezes, para desenvolver melhor determinados assuntos. Por isso, há notas, como a 23 (Cap. VI) que ultrapassam três páginas de texto. Outras notas devassam a intimidade alheia, divulgando informações picantes de homens e mulheres do passado. Um exemplo é a nota 25 (cap. VIII), que mostra uma arrogância desnecessária de Juca Paranhos, o futuro Barão do Rio Branco, que fazia

do salão da barbearia mais fina da cidade onde estivesse – quer Belém, quer o Recife – simples mictório. Antes porém de qualquer protesto da parte do proprietário, mandava abrir o frasco do mais caro perfume francês que houvesse na loja e ele próprio o derramava sobre a urina nauseabunda. (Freyre, 2004, p. 702, nota 25).

A indiscrição de Freyre não poupa nem as mulheres. Em outra nota, ele fofoca sobre uma peculiaridade da famosa atriz portuguesa Dolores Rentini – a sua “histeria

erótica”, “que se manifestava em gritos de regozijo nos momentos mais agudos de êxtase sexual, nos quais invocava por extenso o nome do indivíduo com quem se achasse em relações sexuais” (Idem, p. 702, nota 26).

Em alguns casos, a indiscrição das notas serve como uma arma para mostrar o racismo da elite brasileira. É o caso de José Alves de Figueiredo, um dos colaboradores de Freyre, que deixou registrado a virulência do seu racismo: “Não tolero negros e mulatos. Sou da opinião que de material ruim, nada se poderá conseguir de bom e útil. A abolição foi uma cruzada purificadora, porque o negro enodava o branco” (Depoimento de Alves de Figueiredo. In. Freyre, 2004, p. 708, nota 59).

Conclusão

Analisando os elementos paratextuais em *Ordem e Progresso*, percebe-se que eles possuem, além da sua funcionalidade técnica, uma funcionalidade persuasiva, atribuída por Aristóteles e Longino, como uma das principais funções da retórica. Nesse sentido, o esforço do autor em mostrar, no prefácio, o caráter inovador do livro é complementado nos outros elementos paratextuais, em que disserta sobre os referenciais metodológicos da obra. Além de destacar a quantidade de obras, estrangeiras e brasileiras, utilizadas como fonte ou como bibliografia complementar, o autor destaca, sobretudo, a utilização das entrevistas dirigidas como ponto mais inovador de seu trabalho.

No entanto, Freyre superestima a inovação metodológica – as entrevistas – presentes em *Ordem e Progresso*. As entrevistas assumem a função apenas de exemplificação dos argumentos elaborados pelo autor ou amostra das representações culturais da elite brasileira, não constituindo na base principal do livro. Se as entrevistas fossem retiradas, não fariam muita falta, até deixariam o livro mais sucinto e objetivo.

Apesar disso, elas são importantes para demonstrar o lugar social da obra, escrita por um membro da aristocracia nordestina que utilizou basicamente os depoimentos de membros de sua classe na confecção do livro. Isso não significa dizer que o autor corrobora os mesmos pontos de vista desta elite; pelo contrário, os depoimentos são importantes para revelar o racismo e o machismo presentes nas classes altas da primeira metade do século XIX. Além disso, *Ordem e Progresso*, como nas duas obras anteriores da trilogia, continua a manter um olhar nordestino sobre o Brasil.

Enfim, os elementos paratextuais presentes em *Ordem e Progresso* são um valioso instrumento para uma análise crítica da obra. Retomando mais uma vez Aristóteles, pode-se dizer que eles cumprem as três funções persuasivas da retórica: reforçam a

autoridade do autor, ao mostrar a quantidade de livros e documentos citados, reconhecendo “que o outro está acima de nós em juízo e perspectiva e que, por consequência, seu juízo precede, ou seja, tem primazia em relação ao nosso próprio” (Gadamer, 1997, p. 419). Por outro lado, os elementos paratextuais também convencem por despertar emoção no leitor, como é o caso das notas e dos depoimentos que mostram a arrogância de membros da elite brasileira. Por fim e mais importante, eles dão credibilidade ao texto, porque são veículos da prova documental, ao referenciar os documentos utilizados.

Recebido em: 26/09/2013.

Aceito em: 23/12/2013.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Retórica*. In. Obras Completas de Aristóteles. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Brasília: UnB, 1998.
- _____. *Aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. *Prática de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- _____. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global Editora, 2004.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GENETTE, G.; MacLEAN, Introduction to the Paratext. *New Literary History*, Vol. 22, No. 2, Genre (Spring, 1991), The Johns Hopkins University Press p. 261-272.
- <http://www.jstor.org/stable/469037>. Acesso: 13 jul. 2013.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- LONGINO, Cassio. *Do Sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- RIKOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad. Constança M. César. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado – teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcáida. Brasília: UNB, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. “A modernidade do mestre do Recife e a modernização mesquinha da República”. Prefácio. In. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global Editora, 2004. P. 13 a 32.

VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. “O que se diz no princípio: uma leitura dos prefácios”. In. DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. São Paulo: Editora da USP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. P. 175 a 186.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.